**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA**

**Processo Licitatório nº 02/2025**

**Dispensa n° 01/2025**

OBJETO: Aquisição exclusiva de gêneros alimentícios por meio de Chamada Pública com a contratação de Cooperativas de Agricultores e/ou Associações e Empreendedores Rurais Familiares para o fornecimento dos gêneros alimentícios de agroindústria para atender as Secretarias e Projetos Sociais deste Município, conforme especificações constantes deste edital.

APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS INTERESSADOS: 03/02/2025 às 10:00

ABERTURA DA SESSÃO DA CHAMADA PÚBLICA: 20/02/2025 10:00

Não havendo expediente nas datas supracitadas, o credenciamento e a abertura da sessão ficarão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

LOCAL: Sede do Município, sala de Reuniões, situado na Prç. Dr. Rockert, 92 – Centro, Janaúba, Minas Gerais.

ESCLARECIMENTOS: *e-mail licitacaojanauba@yahoo.com.br*, fac-símile/telefone (38) 3821-4009, ou no Setor de Licitações.

**Processo Licitatório nº 02/2025**

**Dispensa n° 01/2025**

**Chamada Pública**

**PREÂMBULO**

O MUNICÍPIO DE JANAÚBA, com sede na Prç. Dr. Rockert, 92 – Centro, Janaúba, Minas Gerais, CNPJ 18.017.392/00019-67, neste ato representado pelo prefeito, Sr. José Aparecido Mendes Santos, atendendo à Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, da Lei n.º 12.512, de 14/10/2011, e da Resolução nº FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 e a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, do Ministério da Educação, realiza Chamada Pública para “Aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar”.

A Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº 213/2023, da Prefeitura Municipal de Janaúba MG, irá conduzir os trabalhos relativos a presente chamada pública.

Data da sessão: 20/02/2025 as 10:00 horas na sede da prefeitura municipal de Janaúba MG, setor de licitações com sede a Prç. Dr. Rockert, 92 – Centro, Janaúba, Minas Gerais.

Data de Julgamento da Documentação: 20/02/2025 as 10:00 horas na sede da prefeitura municipal de janaúba MG, Prç. Dr. Rockert, 92 – Centro, Janaúba, Minas Gerais.

**I - OBJETO**

Aquisição exclusiva de gêneros alimentícios por meio de Chamada Pública com a contratação de Cooperativas de Agricultores e/ou Associações e Empreendedores Rurais Familiares, a fim de atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social deste Município, conforme especificações deste edital e seus anexos.

**II - ÁREA SOLICITANTE**

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

**III - CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

1 - O interessado poderá ler e obter o texto integral do Edital e seus Anexos, bem como obter os elementos, informações e esclarecimentos relativos à esta Chamada Pública e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento do seu objeto, através do fone/fax nº (38) 3821-4009, de segunda à sexta-feira, no horário das 12:00 (doze horas) às 18:00 (dezoito horas).

2 - Os pedidos de esclarecimentos de dúvidas em relação ao Edital deverão ser encaminhados, por escrito, até o 2º (segundo) dia útil anterior à data da abertura das propostas.

3 - Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa, protocolizadas no Setor de Licitações da Prefeitura de Janaúba, Prç. Dr. Rockert, 92, Centro, Janaúba, Minas Gerais, a partir da publicação do aviso do edital até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, dirigidas ao Presidente da C.P.L**,** que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

 3.1 - O Município de Janaúba não se responsabilizará por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no item acima, e que, por isso, não sejam protocolizadas no prazo legal.

3.2 - A resposta aos esclarecimentos ou decisão referente à eventual impugnação ao edital será enviada ao solicitante ou impugnante via fac-símile ou e-mail.

**IV – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, PROJETO DE VENDAS E LAUDOS TÉCNICOS**

 Os interessados deverão apresentar os seguintes documentos sob pena de inabilitação e exclusão do presente credenciamento.

**1. Envelope nº. 001 – Habilitação do Grupo Formal.**

 1.1. O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica para associações e cooperativas;

c) Cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;

d) Cópia do Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, registrado na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

e) Prova de atendimento de requisitos previstos em legislação, quando for o caso.

**2. Envelope nº. 001 – Habilitação do Grupo Informal.**

2.1. O Grupo Informal deverá apresentar no envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I – a prova de inscrição no CPF;

II – o extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III – o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;

IV – a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas; V – a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

**Dos Fornecedores Individuais, detentores de DAP Física, não organizados em grupo:**

I – a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;

II – o extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III – o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante;

IV – a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas; V – a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

3. Envelope nº. 002 – **Projeto de Venda e Laudo Técnico.**

3.1. No envelope nº. 002 seguem o Projeto de Venda conforme anexo V.

4 - Os documentos referentes aos itens 1 e 2 (um e dois) deste capitulo devem vir em envelope lacrado com a seguinte identificação:

|  |
| --- |
| **PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA MG****PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/2025****MODALIDADE N° 01/2025****CHAMADA PÚBLICA**  **“DOCUMENTAÇÃO: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”****NOME DO PRODUTOR/ GRUPO FORMAL/ GRUPO INFORMAL** |

5 - Os Projetos Básicos e Laudos Técnicos referentes ao item 3 (três) deste capítulo devem vir em envelope lacrado com a seguinte identificação:

|  |
| --- |
| **PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA MG****PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/2025****MODALIDADE N° 01/2025****CHAMADA PÚBLICA**  **“PROPOSTA DE PREÇOS”****NOME DO PRODUTOR/ GRUPO FORMAL/ GRUPO INFORMAL** |

6 – Na ausência ou desconformidade de qualquer documento necessário à habilitação, ou de amostras a serem apresentadas conforme descrito no artigo 41, fica facultado à Comissão a abertura de prazo para a regularização das desconformidades, desde que prevista em edital (Redação dada pela Resolução CD/FNDE nº 20/2020, de 02 de dezembro de 2020).

7 – Os documentos apresentados nos itens 1 e 2 deste presente capítulo poderão ser autenticados mediante a apresentação dos originais, terão validade ainda os documentos autenticados em cartório competente.

*8 - Assim, após a separação dos projetos de venda, a Entidade Executora deverá analisar, neste primeiro momento,* ***APENAS os projetos do Grupo 1*** *(projetos locais), e observar a seguinte* ***ORDEM DE PRIORIDADE****, para seleção dos projetos:*

***1) Assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes***

Voltado para a promoção do desenvolvimento sustentável local e da inclusão social e produtiva rural, o PNAE prioriza a seleção de projetos de venda oriundos de assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e comunidades quilombolas. Para efeitos do normativo do PNAE serão considerados grupos formais e grupos informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50% + 1 dos associados/cooperados das organizações produtivas, no caso de grupo formal, e 50% + 1 dos fornecedores agricultores familiares, no caso de grupo informal, conforme identificação na(s) DAP(s).

**No caso de empate entre estes, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre grupos informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, conforme identificação na(s) DAP(s).**

***2) Fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agro ecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003***

Os alimentos orgânicos e agro ecológicos estão diretamente relacionados à alimentação segura e saudável, bem como ao desenvolvimento regional sustentável e ao cuidado com o meio ambiente e com as relações de trabalho. Por isso o PNAE prioriza, como segundo critério na seleção de projetos da agricultura familiar, a aquisição desses produtos para a alimentação escolar. Neste caso, serão observadas as condições de certificação e garantia da agricultura orgânica e agro ecológica, conforme apresentado anteriormente neste manual.

***3) Grupos formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP jurídica) sobre os grupos informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP física, organizados em grupos) e estes sobre os fornecedores individuais***

Os agricultores familiares podem participar da seleção na condição de fornecedores individuais, ou organizados em grupos informais ou formais (associações e cooperativas com DAP jurídica). No entanto, os grupos formais têm prioridade sobre os demais, e os grupos informais sobre os fornecedores individuais.

O acesso e a construção de mercados diferenciados de comercialização dos produtos da agricultura familiar podem ser potencializados na medida em que os agricultores estiverem organizados. Por meio de associações e cooperações, os agricultores criam melhores oportunidades de trabalho e fortalecem a comunidade de forma solidária, organizando a produção e facilitando o acesso aos mercados consumidores, com inclusão social e desenvolvimento local. Por isso, o Pnae incentiva a organização, priorizando os agricultores familiares organizados em associações e cooperativas.

***OBS.:*** *Havendo empate neste critério por grupos formais, serão selecionadas as organizações com maior porcentagem de agricultores familiares no seu quadro de sócios, conforme extrato da DAP jurídica, que contém a composição do seu quadro de sócios.*

**DEMAIS GRUPOS** (Grupo 2 – projetos do território rural; Grupo 3 – projetos do estado; Grupo 4 – propostas do país):

APENAS quando as entidades executoras não obtiverem as quantidades necessárias de produtos oriundos de agricultores familiares locais, estas deverão ser complementadas com propostas de produtores do território rural, do estado e do país, nesta ordem de prioridade.

***OBS.:*** *Os territórios rurais se caracterizam por um conjunto de municípios unidos pelo mesmo perfil econômico e ambiental, com identidade e coesão social e cultural, e são definidos pelo MDA. A lista completa dos Territórios Rurais e dos municípios que os compõem está disponível no site do MDA: www.mda.gov.br. Os municípios que integram Territórios Rurais, caso não logrem adquirir a totalidade dos produtos da agricultura familiar no próprio município, deverão priorizar projetos oriundos de outros municípios que compõem o Território Rural do qual fazem parte. Os demais municípios, ou seja, aqueles que não integram um Território Rural, não utilizarão esse critério de priorização. Assim, se tiverem a necessidade de complementar a compra com produtos de outros municípios, a prioridade abarcará as propostas provenientes de qualquer outro município do Estado.*

**V – CREDENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES INTERESSADOS**

1 - São consideradas CREDENCIADOS, os interessados que preencham as condições fixadas nesta Chamada Pública até a data de 20/02/2025.

2 - Cada grupo de fornecedores (formal e/ou informal) deverá obrigatoriamente, ofertar sua quantidade de alimentos, com preço unitário, observando as condições fixadas nesta Chamada Pública.

3 - A Comissão de Licitação credenciará os interessados que apresentarem a documentação exigida bem como apresentar as propostas com os preços estimados, elaborados em pesquisas de mercado.

4 – Em caso de o produtor se disponibilizar a fornecer mais de um item deverá enviar lista de itens pretendida bem como quantitativo proposto e valores conforme tabela levantada através de pesquisa e apresentado pela Comissão Permanente de Licitação no presente edital.

**5 – Os preços de cada produto serão pagos conforme os preços do mercado local através de pesquisa realizada pela SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.**

**VI - RESULTADO**

Todos os licitantes que apresentarem toda documentação constante desta Chamada Pública, serão convocados para assinatura de contrato.

**VII - CONTRATAÇÃO**

1 - A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de contrato, em conformidade com a minuta de contrato anexa (Anexo V), prevalecendo todos os termos e condições na mesma previstos, inclusive obrigações, responsabilidades e penalidades aplicáveis à contratada.

2 - Os adjudicatários deverão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da convocação, comparecer à Prefeitura Municipal JANAÚBA MG, junto ao Setor de Compras, para assinatura do contrato, sob pena de decaírem do direito à contratação.

3 - O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deve respeitar o valor máximo de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP Familiar/ano/entidade executora. (Redação dada pela Resolução CD/FNDE nº 21/2021, de 16 de novembro de 2021).

4 – A responsabilidade por controlar o limite máximo citado acima é de inteira responsabilidade do produtor.

**VIII - CARACTERÍSTICAS E QUANTIDADES DOS PRODUTOS**

1.1 - Especificação Técnica e quantidades dos Gêneros Alimentícios.

A especificação técnica dos gêneros alimentícios, bem como as quantidades a serem registrados está disponível no Anexo III.

1.2 - Ponto de Entrega.

Os produtos deverão ser entregues da seguinte forma:

Produtos não perecíveis: entrega em parcelas, de acordo com a solicitação das Secretarias Municipais, a qual formulará o pedido via Ordem de Fornecimento, tendo a licitante o prazo de 72 (setenta e duas) para entregar o produto solicitado;

Produtos perecíveis: serão entregues semanalmente, nos dias a serem definidos pela Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, tendo o licitante o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para fazer a entrega, após a solicitação.

1. Caso detecte alguma falha no fornecimento, em desconformidade com o contrato, a contratada deverá efetuar a troca satisfatoriamente no prazo de 48 (quarenta e oito horas) dos alimentos não perecíveis e 24 (vinte e quatro) horas dos alimentos perecíveis, sem prejuízo das sanções previstas.

1.3. Os produtos deverão ser entregues na sede do órgão, solicitante através da Ordem de Fornecimento, onde deverá constar o horário e o endereço. Sendo o frete, carga e descarga por conta do fornecedor até o local indicado.

O contrato terá duração a partir da assinatura do contrato por mais 12 (doze) meses.

1.4 - Previsão de Quantidade de Gêneros Alimentícios a serem adquiridos.

A quantidade de gêneros alimentícios a serem adquiridos é estimada com base nos cardápios executados pelas escolas. (Anexo III)

1.5 – Preço.

O preço de aquisição deve ser o preço médio pesquisado por, no mínimo, três mercados em âmbito local, priorizando a feira do produtor da agricultura familiar, quando houver acrescido dos insumos exigidos no edital de chamada pública, tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto.

1.6 - Contrato

O Contrato de Compra e Venda de gêneros alimentícios celebrado entre o Município e o(s) Contratado(s) habilitados nesta Chamada Pública 01/2025 será efetuado consoante minuta constante no Anexo V.

1.7 - Pagamento das faturas:

1.7.1 Os pagamentos do fornecimento feito pelo fornecedor da agricultura familiar ou empreendedor familiar rural habilitado, como consequência da comercialização de gêneros alimentícios, serão realizados pelo Município Contratante, no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal.

**IX - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O contratado que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**X – RECURSOS**

Após a declaração dos vencedores, durante a Sessão, qualquer fornecedor poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais participantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na sala da Comissão Permanente de Licitação.

**XI - FATOS SUPERVENIENTES**

Os eventos previstos nesta Chamada Pública estão diretamente subordinados à realização e ao sucesso das diversas etapas do processo. Na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes à sua publicação, que possam vir a prejudicar o processo e/ou por determinação legal ou judicial, ou ainda por decisão do Município, poderá haver mediante fundamentação motivada da autoridade competente:

 a) Adiamento do processo;

 b) revogação deste Edital ou sua modificação no todo ou em parte.

**XII - IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE**

Observado o disposto no item acima, após a divulgação do resultado das ofertas objeto desta Chamada Pública do Município considera-se, para todos os fins, que o registro dos preços de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural estará concretizado.

**XIII - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa decorrente da presente licitação correrá à conta das dotações orçamentárias consignadas no termo de referência.

**XIV - DISPOSIÇÕES FINAIS**

1 - A participação de qualquer proponente Vendedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições, assim como dos seus anexos.

2 - Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

**Anexo I** - Modelo de Projeto de Vendas.

**Anexo II** - Termo de referência.

**Anexo III** - Minuta de Contrato.

**XV - FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Janaúba, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Janaúba MG, 29 de janeiro de 2025.

**Tamiris Greycielle de Paula Borges**

 **Presidente da C.P.L.**

**ANEXO I – MODELO DE PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**

**DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

|  |  |
| --- | --- |
|  | Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. |

|  |
| --- |
| PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR |
| Identificação da proposta de atendimento ao edital/Chamada Pública  |
| **I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES** |
| **A – Grupo Formal** |
| 1. Nome do Proponente | 2. CNPJ |
| 3. Endereço  | 4. Município  | 5.CEP |
| 6. Nome do representante legal  |  |  | 7.CPF | 8.DDD/Fone |
| 9.Banco  |  | 10.Nº da Agência  | 11.Nº da Conta Corrente |  |
| **B – Grupo Informal** |
| 1. Nome do Proponente **(NÃO PREENCHER)** |
| 3. Endereço **(NÃO PREENCHER)** | 4. Município  | 5.CEP |
| **6. Nome da Entidade Articuladora**  | 7.CPF **(NÃO PREENCHER)** | 8.DDD/Fone |
| **C – Fornecedores participantes (Grupo Formal e Informal)** |
| 1. Nome  | 2. CPF  | 3. DAP  | 4. Nº. da Agência  | 5. Nº. da Conta Corrente |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC** |
| 1. Nome da Entidade  | 2. CNPJ  | CEP  |
| 4. Endereço  | 5. DDD/Fone |
| 6. Nome do representante  | 7. CPF |
| **III – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS** |
|  | 1. Nome do Agricultor Familiar | 2. Produto  | 3.Unidade  | 4.Quantidade  | 5.Preço/Unidade  | 6.Valor Total |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  | Total agricultor |  |
|  | 1. Nome do Agricultor Familiar | 2. Produto  | 3.Unidade  | 4.Quantidade  | 5.Preço/Unidade  | 6.Valor Total |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  | Total agricultor |  |
|  | 1. Nome do Agricultor Familiar | 2. Produto  | 3.Unidade  | 4.Quantidade  | 5.Preço/Unidade  | 6.Valor Total |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  | Total agricultor |  |
|  | 1. Nome do Agricultor Familiar | 2. Produto  | 3.Unidade  | 4.Quantidade  | 5.Preço/Unidade  | 6.Valor Total |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  | Total agricultor |  |
|  | 1. Nome do Agricultor Familiar | 2. Produto  | 3.Unidade  | 4.Quantidade  | 5.Preço/Unidade  | 6.Valor Total |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  | Total agricultor |  |
| **Total do projeto** |
| **IV – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO** |
|  | 1. Produto  | 2.Unidade  | 3.Quantidade  | 4.Preço/Unidade  | 5.Valor Total por Produto |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  | **Total do projeto:** |  |
| **V – DESCREVER OS MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DAS ENTREGAS DOS PRODUTOS** |
|  |
| **VI – CARACTERÍSTICAS DO FORNECEDOR PROPONENTE (breve histórico, número de sócios, missão, área de abrangência)** |
|  |
| Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento. |
| Local e Data: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Assinatura do Representante do Grupo Formal | Fone/E-mail:CPF: |

**ANEXO II**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

1.2. Aquisição exclusiva de gêneros alimentícios por meio de Chamada Pública com a contratação de Cooperativas de Agricultores e/ou Associações e Empreendedores Rurais Familiares para o fornecimento dos gêneros alimentícios de agroindústria para atender a Secretaria de Educação e a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Janaúba/MG, conforme necessidade. As especificações e quantidades estão estabelecidas abaixo.

**2. JUSTIFICATIVA**

2.1. O presente procedimento licitatório visa atender à necessidade da Secretaria de Educação e a Secretaria de Desenvolvimento Social, através do fornecimento de gêneros alimentícios e hortifruti pela agricultura familiar.

2.2. A Resolução FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009-art. 18 e a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009-art. 14 preconiza que do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento à Educação (FNDE), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas Organizações. Dentre as diretrizes estão:

O emprego de uma alimentação saudável e adequada, como uso de alimentos variados, seguros e que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares locais;

O apoio ao desenvolvimento sustentável com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar.

Assim, a obtenção de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações visa promover a melhoria da qualidade da alimentação nas Instituições Educacionais do município de Janaúba-MG, bem como criar oportunidades de geração de renda que poderão beneficiar famílias agricultoras, estimular a permanência do agricultor no campo, valorizar a produção local/regional e fomentar o desenvolvimento agrário sustentável.

Finalmente, salientamos que a aquisição de gêneros alimentícios por meio de Chamada Pública com a contratação direta de Cooperativas e/ou Associações está de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, Lei nº11.947, 2009, RDC nº 216, de 2004, dentre outras que tratam das ações relativas à oferta de alimentação para coletividade.

**ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITENS** | **DESCRIÇÃO**  | **QUANTIDADE** | **VALOR MEDIO** | **VALOR TOTAL**  |
| 1 | ABACATE | **500** | 7,46 |  **3.730,00**  |
| 2 | ALHO | **500** | 24,28 |  **12.141,67**  |
| 3 | ABÓBORA JAPONESA | **9.320** | 4,86 |  **45.264,13**  |
| 4 | ACEROLA | **500** | 13,63 |  **6.813,33**  |
| 5 | ALFACE LISA | **4.160** | 3,75 |  **15.613,87**  |
| 6 | BANANA PRATA | **41.960** | 5,23 |  **219.450,80**  |
| 7 | BANANA CATURRA | **8.000** | 4,41 |  **35.306,67**  |
| 8 | BATATA DOCE | **3.200** | 5,27 |  **16.874,67**  |
| 9 | BETERRABA | **3.200** | 5,55 |  **17.760,00**  |
| 10 | CAJU | **200** | 11,94 |  **2.388,00**  |
| 11 | CARNE BOVINA EM CUBOS | **4.000** | 41,27 |  **165.066,67**  |
| 12 | CARNE BOVINA MOÍDA | **4.000** | 38,30 |  **153.200,00**  |
| 13 | CAXIXE | **300** | 3,89 |  **1.167,50**  |
| 14 | CEBOLA | **1.500** | 7,87 |  **11.800,00**  |
| 15 | CEBOLINHA VERDE | **7.200** | 4,83 |  **34.800,00**  |
| 16 | CENOURA | **8.000** | 7,37 |  **58.933,33**  |
| 17 | CHUCHU | **200** | 7,22 |  **1.444,00**  |
| 18 | COENTRO VERDE | **7.200** | 4,75 |  **34.224,00**  |
| 19 | COLORAU | **1.350** | 19,85 |  **26.797,50**  |
| 20 | COUVE | **3.660** | 5,15 |  **18.836,80**  |
| 21 | DOCE DE BANANA SEM AÇÚCAR | **10.400** | 1,65 |  **17.160,00**  |
| 22 | FARINHA DE MANDIOCA | **200** | 7,56 |  **1.511,33**  |
| 23 | FEIJÃO CARIOCA | **10.000** | 7,16 |  **71.633,33**  |
| 24 | FEIJÃO CATADOR | **500** | 13,08 |  **6.541,67**  |
| 25 | GOIABA VERMELHO | **3.500** | 7,37 |  **25.795,00**  |
| 26 | LARANJA | **2.000** | 7,03 |  **14.060,00**  |
| 27 | LEITE EM PÓ | **15.000** | 18,13 |  **272.000,00**  |
| 28 | MAMÃO | **15.000** | 5,51 |  **82.650,00**  |
| 29 | MANDIOCA | **25.000** | 6,30 |  **157.500,00**  |
| 30 | MANGA | **2.300** | 8,07 |  **18.568,67**  |
| 31 | MANTEIGA | **100** | 21,96 |  **2.196,00**  |
| 32 | MARACUJÁ | **3.600** | 10,73 |  **38.640,00**  |
| 33 | MAXIXE VERDE | **1.000** | 6,37 |  **6.370,00**  |
| 34 | MELANCIA | **30.000** | 4,13 |  **123.800,00**  |
| 35 | MILHO VERDE ESPIGA | **6.000** | 5,00 |  **30.000,00**  |
| 36 | PÃO DE QUEIJO CONGELADO | **200** | 24,70 |  **4.939,33**  |
| 37 | PÃO DE SAL | **1.000** | 16,07 |  **16.073,33**  |
| 38 | PEPINO | **1.000** |  4,01 |  **4.013,33**  |
| 39 | PIMENTÃO VERDE | **200** |  7,20 |  **1.440,00**  |
| 40 | POLPA DE FRUTAS | **10.000** | 18,60 |  **186.033,33**  |
| 41 | QUIABO VERDE | **400** |  5,36 |  **2.142,67**  |
| 42 | REPOLHO BRANCO | **1.000** |  4,33 |  **4.330,00**  |
| 43 | REPOLHO ROXO | **100** |  5,49 |  **548,67**  |
| 44 | TEMPERO COMPLETO | **3.070** | 19,23 |  **59.036,10**  |
| 45 | TOMATE | **1.500** |  8,38 |  **12.575,00**  |
| **VALOR TOTAL 2.041.170,70**  |

3.1. Os produtos, no momento da entrega, serão inspecionados, de acordo com o Plano de Inspeção por Atributos, Norma NBR 5.426/85 –ABNT, para verificação do tipo do produto, qualidade, peso, quantidade, prazo de validade, número de registro, lacre, tipo de embalagem primária e secundária, e outras que se fizerem necessárias à garantia da qualidade do produto, conforme especificações constantes acima.

3.2. Os objetos da aquisição deverão estar dentro da padronização seguida pelo fabricante ou distribuidor do produto e respeitando as especificações técnicas e requisitos de desempenho dos órgãos de controle de qualidade.

3.3. Os produtos deverão ter prazo de validade mínimo de 05(cinco) dias a contar da data de entrega, prevalecendo o prazo de validade fixado pelo fornecedor, caso maior.

**4. FORMA DE ENTREGA**

4.1. Os produtos deverão ser entregues da seguinte forma:

Produtos não perecíveis: entrega em parcelas, de acordo com a solicitação das Secretarias Municipais de Educação e Desenvolvimento Social, a qual formulará o pedido via Ordem de Fornecimento, tendo a licitante o prazo de 72 (setenta e duas) para entregar o produto solicitado;

4.2. Produtos perecíveis: serão entregues semanalmente, nos dias a serem definidos pela Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento Social, tendo o licitante o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para fazer a entrega, após a solicitação.

1. Caso detecte alguma falha no fornecimento, em desconformidade com o contrato, a contratada deverá efetuar a troca satisfatoriamente no prazo de 48 (quarenta e oito horas) dos alimentos não perecíveis e 24 (vinte e quatro) horas dos alimentos perecíveis, sem prejuízo das sanções previstas.

4.3. Os produtos deverão ser entregues na sede do órgão, solicitante através da Ordem de Fornecimento, onde deverá constar o horário e o endereço. Sendo o frete, carga e descarga por conta do fornecedor até o local indicado.

4.4. O não cumprimento do disposto no item 4.1 do presente termo acarretará a anulação do empenho e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.

4.5. A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

**5. VALOR ESTIMADO E VIGÊNCIA**

5.1. O custo estimado total da presente contratação será de **R$2.041.170 (Dois milhões, quarenta e um mil, cento e setenta reais e setenta centavos).**

5.2. O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos em consulta ao Subsistema de Preços Praticados, conforme o caso.

5.3. O futuro contrato terá prazo de vigência de 01(ano).

**6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

6.1. Os produtos serão recebidos:

1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

6.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

**7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A Contratada obriga-se a:

7.2. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

7.3. Para a adequada prestação dos serviços, a Contratada deverá se responsabilizar por fornecer:

a) Alimentos de acordo com o Padrão de Identidade e Qualidade definido pelos órgãos competentes e legislação vigente, dentro do prazo de validade sendo vedada a utilização

de alimentos com alterações de características sensoriais, ainda que dentro do prazo de validade.

b) os alimentos deverão ser entregues no Almoxarifado do Setor de Alimentação Escolar, nos horários e quantitativos estabelecidos pelas Secretarias, conforme cronograma enviado à Contratada.

c) A Cooperativa e/ou Associação de Agricultores Familiares vencedoras deverá executar os serviços observando as condições de higiene e segurança no armazenamento e distribuição dos gêneros alimentícios, devendo a Contratada acompanhar e supervisionar o serviço prestado.

c.1) Os gêneros alimentícios deverão ser de primeira qualidade, atendendo ao disposto na legislação de alimentos com característica de cada produto (organolépticas, físico-químicas, microbiológicas, microscópicas, toxicológicas), estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Ministério da Agricultura/Pecuária e Abastecimento e pelas Autoridades Sanitárias Locais para cada gênero descrito conforme tabela de especificação e quantidades e registro no órgão fiscalizador quando couber (SIM,SIE,SIF).

Só será aceito o fornecimento dos produtos que estiverem de acordo com o item anterior e as especificações mínimas exigidas abaixo:

-Identificação do produto;

- Embalagem original e intacta;

- Data de fabricação;

- Data de validade;

- Peso líquido;

- Número do Lote;

- Nome do fabricante;

- Registro no órgão fiscalizador (SIM,SIE e SIF) quando couber.

d) entregar os gêneros alimentícios em meio de transporte e acondicionamento adequados e conforme especificações do Anexo I, de forma que esses gêneros estejam com apresentação e temperatura apropriadas como forma de garantir sua qualidade.

e) Será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento do objeto, bem como todas e quaisquer despesas decorrentes do seu fornecimento.

f) A Contratada deverá prestar os serviços com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos pela Contratante, obrigando-se especialmente, a:

g) Cumprir Legislação Sanitária Federal e Estadual/Municipal;

7.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

7.6. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

**8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. A Contratante obriga-se a:

8.2. Receber provisoriamente o produto, disponibilizando local, data e horário;

8.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

8.4. Atestar Notas Fiscais que comprovam a realização dos serviços;

8.5. Efetuar os pagamentos devidos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias que serão contados a partir da apresentação da Nota Fiscal;

8.6. Notificar por escrito a Contratada da aplicação de eventuais multas, da suspensão do fornecimento, da distribuição e da sustação do pagamento de quaisquer faturas;

8.7. Descontar os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais da Nota Fiscal apresentada.

8.8. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

8.9. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

**9. MEDIDAS ACAUTELADORAS E GARANTIA**

9.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**10. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

10.1. A fiscalização da contratação será exercida pela Sra. Laysa Horrana Pinto Vasconcelos – CPF: 114.412.896-07, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120da Lei nº 14.133 de 2021.

10.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.4. O regime de execução será na compra direta por meio de Chamada Pública, conforme Lei 11.947, 2009 art. 14, § 1º.

**11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As sanções administrativas serão impostas fundamentadamente nos termos da Lei nº 10.520/02 e Lei 14.133/2021.

11.2. Independente da sanção aplicada, a inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, ainda, a rescisão contratual, nos termos previstos na Lei nº. 14.133/2021, bem como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados à CONTRATANTE.

11.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**12. DA DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA**

12.1. As despesas dessa contratação serão previstas pelas dotações orçamentárias:

**Secretaria de Educação**

08.01.01.12.361.0016.2090. 3.3.90.30.00 Ficha: 625 Fonte: 1500000000 - Recursos Ordinários

08.01.01.12.361.0016.2090. 3.3.90.30.00 Ficha: 626 Fonte: 1550000000 – Salário Educação

 08.01.01.12.361.0016.2090. 3.3.90.30.00 Ficha: 627 Fonte: 1552000000 – Transf. De Recursos do FNDE-PNAE

08.01.01.12.365.0019.2099. 3.3.90.30.00 Ficha: 702 Fonte: 1500000000 - Recursos Ordinários

08.01.01.12.365.0019.2099. 3.3.90.30.00 Ficha: 703 Fonte: 1550000000 – Salário Educação

 08.01.01.12.365.0019.2099. 3.3.90.30.00 Ficha: 704 Fonte: 1552000000 - Transf. De Recursos do FNDE-PNAE

08.01.01.12.365.0019.2100. 3.3.90.30.00 Ficha: 707 Fonte: 1500000000 - Recursos Ordinários

08.01.01.12.365.0019.2100. 3.3.90.30.00 Ficha: 708 Fonte: 1550000000 – Salário Educação

 08.01.01.12.365.0019.2100. 3.3.90.30.00 Ficha: 709 Fonte: 1552000000 - Transf. de Recursos do FNDE-PNAE

 08.01.01.12.366.0016.2101. 3.3.90.30.00 Ficha: 721 Fonte: 1552000000 - Transf. de Recursos do FNDE-PNAE

**Secretaria de Desenvolvimento Social**

05.01.01.08.122.0004.2046.3.3.90.30.00 - Ficha: 297 Fonte:1500000000 - Recursos Ordinários

05.01.01.14.122.0006.2198.3.3.90.30.00 - Ficha: 344 Fonte:1500000000 - Recursos Ordinários

05.02.01.08.245.0007.2194.3.3.90.30.00 - Ficha: 438 Fonte:1500000000 - Recursos Ordinários

**ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO**

Contrato N.º \_\_\_\_ /2025

**Processo Licitatório nº 02/2025**

**Modalidade n° 01/2025**

**Chamada Pública**

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

A Prefeitura Municipal de Janaúba – MG, pessoa jurídica de direito público, com sede na Prç. Dr. Rockert, 92, Centro, Janaúba, Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ representada neste ato pela Prefeito Municipal, o (a) Sr. (a) **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado o fornecedor do grupo informal o Sr. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DAP nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , residente e domiciliado na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Bairro\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, da Lei n.º 12.512, de 14/10/2011, e da Resolução do Grupo Gestor do Programa de Aquisições de Alimentos – PAA nº 50, de 26/09/2012, n° 56, de 14/02/2013, n° 64, de 20/11/2013, e nº 73, de 26/10/2015, e tendo em vista o que consta nesta Chamada Pública, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação a Aquisição exclusiva de gêneros alimentícios por meio de Chamada Pública com a contratação de Cooperativas de agricultores e/ou Associações e Empreendedores Rurais Familiares para o fornecimento dos gêneros alimentícios de agroindústria para atender a merenda escolar das Escolas da Rede Municipal de Ensino, para o ano de 2025, de acordo com esta chamada pública, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, parte integrante deste Instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de até R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA:**

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

**CLÁUSULA QUINTA:**

O início da entrega dos gêneros alimentícios será imediatamente após o recebimento da Ordem de Fornecimento, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até finalizar a vigência do contrato.

1. A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com esta chamada pública.
2. O recebimento dos gêneros alimentícios dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega.

**CLÁUSULA SEXTA**:

Grupo Informal: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, conforme listagem anexa a seguir:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **UNID.** | **QUANT.** | **VALOR**  | **TOTAL** |
|  |  |  |  |  | Total:  |

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA OITAVA:**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no termo de referência.

**CLÁUSULA NONA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

**CLÁUSULA ONZE:**

Nos casos de inadimplência da CONTRATANTE, proceder-se-á conforme à Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, da Lei n.º 12.512, de 14/10/2011, e da Resolução do Grupo Gestor do Programa de Aquisições de Alimentos – PAA nº 50, de 26/09/2012, n° 56, de 14/02/2013, n° 64, de 20/11/2013, e nº 73, de 26/10/2015.

**CLÁUSULA DOZE:**

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA TREZE:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA QUATORZE:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA QUINZE:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

1. Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
2. **rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO**;
3. fiscalizar a execução do contrato;
4. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DEZESSEIS:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DEZESSETE:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

**CLÁUSULA DEZOITO:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública, pelas Resoluções CD/FNDE n.º 26, de 17/06/2013, CD/FNDE n.º 004, de 03/04/2015 e pela Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omisso.

**CLÁUSULA DEZENOVE:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA VINTE:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fac-símile transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA VINTE E UM:**

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

1. por acordo entre as partes;
2. pela inobservância de qualquer de suas condições;
3. qualquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA VINTE E DOIS:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou por 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA VINTE E TRÊS:**

É competente o Foro da Comarca de Janaúba - MG para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Janaúba MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2025

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

José Aparecido Mendes Santos

Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome

CPF:

DAP:

TESTEMUNHAS:

**ANEXO IV – PLANILHA DE PREÇOS DE MERCADO OBTIDOS ATRAVÉS DE PESQUISA LOCAL**

**Processo nº 02/2025**

**Modalidade n° 01/2025**

**Chamada Pública**

Planilha de Valor por produto a ser pago pelo município de Janaúba/MG:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITENS** | **DESCRIÇÃO**  | **QUANTIDADE** | **VALOR MEDIO** | **VALOR TOTAL**  |
| 1 | ABACATE | **500** | 7,46 |  **3.730,00**  |
| 2 | ALHO | **500** | 24,28 |  **12.141,67**  |
| 3 | ABÓBORA JAPONESA | **9.320** | 4,86 |  **45.264,13**  |
| 4 | ACEROLA | **500** | 13,63 |  **6.813,33**  |
| 5 | ALFACE LISA | **4.160** | 3,75 |  **15.613,87**  |
| 6 | BANANA PRATA | **41.960** | 5,23 |  **219.450,80**  |
| 7 | BANANA CATURRA | **8.000** | 4,41 |  **35.306,67**  |
| 8 | BATATA DOCE | **3.200** | 5,27 |  **16.874,67**  |
| 9 | BETERRABA | **3.200** | 5,55 |  **17.760,00**  |
| 10 | CAJU | **200** | 11,94 |  **2.388,00**  |
| 11 | CARNE BOVINA EM CUBOS | **4.000** | 41,27 |  **165.066,67**  |
| 12 | CARNE BOVINA MOÍDA | **4.000** | 38,30 |  **153.200,00**  |
| 13 | CAXIXE | **300** | 3,89 |  **1.167,50**  |
| 14 | CEBOLA | **1.500** | 7,87 |  **11.800,00**  |
| 15 | CEBOLINHA VERDE | **7.200** | 4,83 |  **34.800,00**  |
| 16 | CENOURA | **8.000** | 7,37 |  **58.933,33**  |
| 17 | CHUCHU | **200** | 7,22 |  **1.444,00**  |
| 18 | COENTRO VERDE | **7.200** | 4,75 |  **34.224,00**  |
| 19 | COLORAU | **1.350** | 19,85 |  **26.797,50**  |
| 20 | COUVE | **3.660** | 5,15 |  **18.836,80**  |
| 21 | DOCE DE BANANA SEM AÇÚCAR | **10.400** | 1,65 |  **17.160,00**  |
| 22 | FARINHA DE MANDIOCA | **200** | 7,56 |  **1.511,33**  |
| 23 | FEIJÃO CARIOCA | **10.000** | 7,16 |  **71.633,33**  |
| 24 | FEIJÃO CATADOR | **500** | 13,08 |  **6.541,67**  |
| 25 | GOIABA VERMELHO | **3.500** | 7,37 |  **25.795,00**  |
| 26 | LARANJA | **2.000** | 7,03 |  **14.060,00**  |
| 27 | LEITE EM PÓ | **15.000** | 18,13 |  **272.000,00**  |
| 28 | MAMÃO | **15.000** | 5,51 |  **82.650,00**  |
| 29 | MANDIOCA | **25.000** | 6,30 |  **157.500,00**  |
| 30 | MANGA | **2.300** | 8,07 |  **18.568,67**  |
| 31 | MANTEIGA | **100** | 21,96 |  **2.196,00**  |
| 32 | MARACUJÁ | **3.600** | 10,73 |  **38.640,00**  |
| 33 | MAXIXE VERDE | **1.000** | 6,37 |  **6.370,00**  |
| 34 | MELANCIA | **30.000** | 4,13 |  **123.800,00**  |
| 35 | MILHO VERDE ESPIGA | **6.000** | 5,00 |  **30.000,00**  |
| 36 | PÃO DE QUEIJO CONGELADO | **200** | 24,70 |  **4.939,33**  |
| 37 | PÃO DE SAL | **1.000** | 16,07 |  **16.073,33**  |
| 38 | PEPINO | **1.000** |  4,01 |  **4.013,33**  |
| 39 | PIMENTÃO VERDE | **200** |  7,20 |  **1.440,00**  |
| 40 | POLPA DE FRUTAS | **10.000** | 18,60 |  **186.033,33**  |
| 41 | QUIABO VERDE | **400** |  5,36 |  **2.142,67**  |
| 42 | REPOLHO BRANCO | **1.000** |  4,33 |  **4.330,00**  |
| 43 | REPOLHO ROXO | **100** |  5,49 |  **548,67**  |
| 44 | TEMPERO COMPLETO | **3.070** | 19,23 |  **59.036,10**  |
| 45 | TOMATE | **1.500** |  8,38 |  **12.575,00**  |
| **VALOR TOTAL 2.041.170,70**  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |

 **ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA**

**O Produtor Individual ou Grupo de Produtores deverá escolher os Itens que irão fornecer e o quantitativo que poderão fornecer.**

**Processo nº 02/2025**

**Modalidade n° 01/2025**

**Chamada Pública**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITENS** | **DESCRIÇÃO**  | **QUANTIDADE** | **VALOR MEDIO** | **VALOR TOTAL**  |
| 1 | ABACATE | **500** | 7,46 |  **3.730,00**  |
| 2 | ALHO | **500** | 24,28 |  **12.141,67**  |
| 3 | ABÓBORA JAPONESA | **9.320** | 4,86 |  **45.264,13**  |
| 4 | ACEROLA | **500** | 13,63 |  **6.813,33**  |
| 5 | ALFACE LISA | **4.160** | 3,75 |  **15.613,87**  |
| 6 | BANANA PRATA | **41.960** | 5,23 |  **219.450,80**  |
| 7 | BANANA CATURRA | **8.000** | 4,41 |  **35.306,67**  |
| 8 | BATATA DOCE | **3.200** | 5,27 |  **16.874,67**  |
| 9 | BETERRABA | **3.200** | 5,55 |  **17.760,00**  |
| 10 | CAJU | **200** | 11,94 |  **2.388,00**  |
| 11 | CARNE BOVINA EM CUBOS | **4.000** | 41,27 |  **165.066,67**  |
| 12 | CARNE BOVINA MOÍDA | **4.000** | 38,30 |  **153.200,00**  |
| 13 | CAXIXE | **300** | 3,89 |  **1.167,50**  |
| 14 | CEBOLA | **1.500** | 7,87 |  **11.800,00**  |
| 15 | CEBOLINHA VERDE | **7.200** | 4,83 |  **34.800,00**  |
| 16 | CENOURA | **8.000** | 7,37 |  **58.933,33**  |
| 17 | CHUCHU | **200** | 7,22 |  **1.444,00**  |
| 18 | COENTRO VERDE | **7.200** | 4,75 |  **34.224,00**  |
| 19 | COLORAU | **1.350** | 19,85 |  **26.797,50**  |
| 20 | COUVE | **3.660** | 5,15 |  **18.836,80**  |
| 21 | DOCE DE BANANA SEM AÇÚCAR | **10.400** | 1,65 |  **17.160,00**  |
| 22 | FARINHA DE MANDIOCA | **200** | 7,56 |  **1.511,33**  |
| 23 | FEIJÃO CARIOCA | **10.000** | 7,16 |  **71.633,33**  |
| 24 | FEIJÃO CATADOR | **500** | 13,08 |  **6.541,67**  |
| 25 | GOIABA VERMELHO | **3.500** | 7,37 |  **25.795,00**  |
| 26 | LARANJA | **2.000** | 7,03 |  **14.060,00**  |
| 27 | LEITE EM PÓ | **15.000** | 18,13 |  **272.000,00**  |
| 28 | MAMÃO | **15.000** | 5,51 |  **82.650,00**  |
| 29 | MANDIOCA | **25.000** | 6,30 |  **157.500,00**  |
| 30 | MANGA | **2.300** | 8,07 |  **18.568,67**  |
| 31 | MANTEIGA | **100** | 21,96 |  **2.196,00**  |
| 32 | MARACUJÁ | **3.600** | 10,73 |  **38.640,00**  |
| 33 | MAXIXE VERDE | **1.000** | 6,37 |  **6.370,00**  |
| 34 | MELANCIA | **30.000** | 4,13 |  **123.800,00**  |
| 35 | MILHO VERDE ESPIGA | **6.000** | 5,00 |  **30.000,00**  |
| 36 | PÃO DE QUEIJO CONGELADO | **200** | 24,70 |  **4.939,33**  |
| 37 | PÃO DE SAL | **1.000** | 16,07 |  **16.073,33**  |
| 38 | PEPINO | **1.000** |  4,01 |  **4.013,33**  |
| 39 | PIMENTÃO VERDE | **200** |  7,20 |  **1.440,00**  |
| 40 | POLPA DE FRUTAS | **10.000** | 18,60 |  **186.033,33**  |
| 41 | QUIABO VERDE | **400** |  5,36 |  **2.142,67**  |
| 42 | REPOLHO BRANCO | **1.000** |  4,33 |  **4.330,00**  |
| 43 | REPOLHO ROXO | **100** |  5,49 |  **548,67**  |
| 44 | TEMPERO COMPLETO | **3.070** | 19,23 |  **59.036,10**  |
| 45 | TOMATE | **1.500** |  8,38 |  **12.575,00**  |
| **VALOR TOTAL 2.041.170,70**  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |

Validade da Proposta: 60 (Sessenta) dias.

Nome:

Endereço:

CPF:

DAP:

**ANEXO VI**

MODELO DE DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR

PRODUÇÃO PRÓPRIA PARA GRUPOS INFORMAIS OU FORNECEDORES INDIVIDUAIS

**Processo nº 02/2025**

**Modalidade n° 01/2025**

**Chamada Pública**

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CPF nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e DAP física nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declaro, para fins de participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que os gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda em meu nome são oriundos de produção própria.

Local, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura